



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

22 de março de 2019

Ata da Vigésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e dois do mês de março do ano de dois mil e dezenove, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Antonio Andrade, secretariado pela Senhora Deputada Vanda Monteiro, Primeira-Secretária e pelo Senhor Deputado Cleiton Cardoso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Fabion Gomes, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Ricardo Ayres, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Estavam ausentes os Senhores Deputados Eduardo do Dertins, Jorge Frederico e as



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhoras Deputadas Amália Santana e Claudia Lelis. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, nos termos do art. 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os Expedientes: Projeto de Lei número 63/2019, de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores e Produtores do Povoado Ribeirãozinho – Ampror”; Projeto de Lei número 64/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece a vedação da proibição de entrada dos servidores públicos do Hemocentro em toda a Administração Pública Direta e Indireta do Estado”; Projeto de Lei número 65/2019, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo, que “estabelece a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos para os doadores de medula óssea e de sangue”; Ofício de autoria do Senhor Deputado Jair Farias, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 20 de março do corrente ano, por encontrar-se em atividades fora de Palmas; Ofício de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto Lula, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 20 de março do corrente ano, por motivo de saúde; Ofício de autoria do Senhor Deputado Eduardo Siqueira Campos, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 20 de março do corrente ano, por encontrar-



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

se em atividade fora de Palmas; e Ofício de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, justificando sua ausência na sessão plenária do dia 20 de março do corrente ano, por encontrar-se em atividades fora de Palmas. Na Apresentação de Matérias, foram entregues o Projeto de Lei que recebeu o número 71/2019, de autoria do Senhor Deputado Elenil da Penha; e os Requerimentos que receberam os números 505 a 524. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação dos Requerimentos apresentados em regime de urgência para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Extraordinária das Comissões, reabrindo-a às onze horas e dezesseis minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Valderéz Castelo Branco e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Ivory de Lira. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Professor Júnior Geo. Em seguida, o Senhor Presidente determinou que se fizesse a Verificação de Quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Eduardo Siqueira Campos, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Vilmar de Oliveira e as Senhoras Deputadas Amália Santana e Claudia Lelis. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em primeira fase de discussão e votação o Projeto de Lei número



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

3/2019, de autoria do Ministério Público do Estado, que “institui o Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, destinado aos Membros e Servidores Efetivos integrantes do quadro do Ministério Público do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 18/2019; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Leis números: 17/2019, de autoria do Senhor Deputado Zé Roberto, que “declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Mansinha e região (Aspruma), localizada no município de Santa Terezinha do Tocantins-TO”, que deu origem ao Processo número 24/2019; 85/2018, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “obriga estabelecimentos comerciais a devolverem o troco integral do consumidor, e em espécie, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 128/2018; 145/2017, de autoria da Senhora Deputada Amália Santana, que “determina obrigações às agências bancárias no Estado do Tocantins, em relação ao atendimento dos consumidores e toma outras providências”, que origem ao Processo número 263/20117; 156/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior, que “concede Título de Cidadão Tocantinense ao Senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia”, que deu origem ao Processo número



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

230/2017; 185/2017, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, determina “que o Plenário do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, receba a denominação de Cesário Barbosa Bonfim”, que deu origem ao Processo número 330/2017; 191/2017, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “dispõe sobre a transparência da lista de espera dos pacientes que aguardam exames e intervenções cirúrgicas eletivas na rede estadual de saúde”, que deu origem ao Processo número 257/2017; 220/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “institui o sistema de cotas para negros, índios, alunos oriundos da rede pública de ensino e pessoas com deficiências para ingressos nas universidades públicas e demais instituições de ensino superior, mantidas pelo Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 302/2017; 227/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica, e dá outras providências”, que deu origem ao Processo número 308/2017; 230/2017, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Cardoso, que “inclui o doador regular de sangue nos grupos prioritários pra receber gratuitamente a imunização, contra o vírus influenza A (H1N1) na rede pública de saúde do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 324/2017; 236/2017, de autoria do Senhor Deputado Valdemar



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Júnior, que “declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento da Fazenda Santa Tereza, no município de Ponte Alta do Tocantins”; que deu origem ao Processo número 342/2017; 238/2016, de autoria da Senhora Deputada Valderez Castelo Branco, que “dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos às mulheres que tenham participado nos últimos dois anos de programa de aleitamento materno”, que deu origem ao Processo número 139/2016; 240/2017, de autoria do Senhor Deputado Paulo Mourão, que “revoga a Lei Estadual número 3.227/17, definindo os nomes dos Campus da Unitins na cidade de Palmas de Campus Administrativos Professor Rui Rodrigues da Silva e o Campus Graciosa Professora Elizângela Glória Cardoso”, que deu origem ao Processo número 338/2017; e o Projeto de Decreto Legislativo número 51/2016, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, que “aprova Balanço Geral do Governo do Estado do Tocantins, referente ao exercício de 2012”, que deu origem ao Processo número 305/2015; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 487, 488, 489, 490, 491, 492, 494, 451, 496, 498, 499, 500, 501, 502, 503 e 504, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

providenciar. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 552/2019, de autoria da Senhora Deputada Valdevez Castelo Branco, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação do Processo números 18/2019; o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e sete minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que aprovada será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário